



República de Angola  
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos  
Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa

## **NOTA DE IMPRENSA**

A Comissão da Reforma da Justiça e do Direito em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, realiza nos próximos dias 22 e 23 de Agosto, a partir das 8h30, no Auditório do Palácio da Justiça, uma sessão de Consulta Pública sobre o Anteprojecto de Código da Família.

A consulta, que será presidida por Sua Excelência Rui Jorge Carneiro Mangureira, Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, resulta dos esforços de actualização, harmonização e optimização da legislação, optimizando-a face aos avanços da Reforma, um trabalhodesenvolvido à vários níveis, com destaque para o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e Comissão da Reforma da Justiça e do Direito.

Dirigido ao público em geral, à Advogados, Académicos, operadores da Justiça e do Direito, instituições da Sociedade Civil vocacionadas e entidades especialmente convidadas, o certame visa proporcionar a apresentação e discussão das soluções apontadas em sede da reforma da legislação sobre a Família, bem como a harmonizaçãodos conhecimentos e valências práticas sobre a matéria.

“A visão Institucional Sobre a Família Angolana”, tema a ser proferido pela Dra. Maria Filomena Delgado, Ministra da Família e Promoção da Mulher, abrirá a actividade.

O 2º painel será dominado pelos temas “Princípios fundamentais, fontes e Conselho de Família; Parentesco; e Adopção.

O 3º painel versará sobre o Casamento: Pressupostos, celebração e registo; Efeitos pessoais, patrimoniais e doações entre casados; Anulabilidade e dissolução; e Casamento religioso.

No 2º dia, o 1º painel terá como foco a União de facto, sendo que o 2º abordará os temas Filiação e Responsabilidade parental. O último será dedicado a apresentação dos temas Tutela; Afinidade e Alimentos.

O diagnóstico da família apresentado, estabeleceu a necessidade de conformar o Código da Família com a Constituição vigente e evitar dispersão legislativa actualmente reinante em matéria jusfamiliar, recodificando normas constates de outros diplomas legais na medida em que tal fosse possível.

*Documentos disponíveis para download no site [www.crjd-angola.com](http://www.crjd-angola.com)*

**Luanda, 16 de Agosto de 2016**